

**DIALOGIA, LINGUÍSTICA APLICADA E TRADUÇÃO: UMA ENTREVISTA  
COM ADAIL SOBRAL, COMENTADA POR JEAN GONÇALVES**

Guilherme Brambila<sup>1</sup>

Adail Sobral<sup>2</sup>

Jean Gonçalves<sup>3</sup>

Com alegria, trazemos para esta edição da revista Percursos Linguísticos, vinculada ao Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo, uma entrevista com o professor Adail Sobral, Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Adail Sobral é professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística Aplicada, da Universidade Católica de Pelotas – RS e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística Aplicada da mesma instituição. É autor de *Do dialogismo ao gênero - as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin* (2009), e de *Dizer o "mesmo" a Outros - Ensaio sobre Tradução* (2008), além de vários ensaios, principalmente sobre Bakhtin e o Círculo. É um dos organizadores de *Conversas com Tradutores*. Também, é membro do GT Estudos Bakhtinianos da ANPOLL.

As respostas de Sobral, que trazem inquietações necessárias para aprofundarmos nossas discussões acerca da interface do dialogismo bakhtiniano nos estudos em Linguística Aplicada e da Tradução, são também colocadas no plano da interação. Como proposta do próprio professor Adail, essa entrevista contou com os comentários do professor Doutor Jean Carlos Gonçalves, que, certamente, contribui com a ampliação dos horizontes de nossas leituras, possibilitando uma experiência valiosa dos caminhos da linguagem em perspectiva dialógica.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL – UFES). É licenciado em Letras – Português pela mesma instituição. Seus interesses de pesquisa concentram-se nos estudos bakhtinianos, Linguística Aplicada e políticas linguísticas. E-mail: [guilhermebrambilamanso@hotmail.com](mailto:guilhermebrambilamanso@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL-PUC-SP). Professor Adjunto da Universidade Católica de Pelotas, RS. E-mail: [adail.sobral@gmail.com](mailto:adail.sobral@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Educação (UFPR). Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [jeancarlosgoncalves@gmail.com](mailto:jeancarlosgoncalves@gmail.com).

Jean Gonçalves é Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Realizou estágio de pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (LAEL/FAFICLA/PUC-SP), sob supervisão de Beth Brait. É Professor Adjunto III da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba/PR e é professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR). Jean Gonçalves é sócio efetivo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL - GT Estudos Bakhtinianos).

A entrevista, que será disposta nas próximas linhas com a resposta de Adail Sobral seguida pelo comentário de Jean Gonçalves, sempre nesta ordem, focou suas questões na atualidade dos estudos em Linguística Aplicada e sua vertente política, especialmente no que toca a área de linguagens na esfera escolar. Ainda, pudemos obter considerações pertinentes no que diz respeito à Análise Dialógica do Discurso (ADD), que parte dos postulados de Bakhtin e o Círculo, bem como discutir a tradução sob um prisma dialógico de percepção.

**1- Professor Adail, em seu texto “Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD” o senhor, em coautoria com a professora Karina Giacomelli, traz alguns esclarecimentos sobre a Análise Dialógica do Discurso (doravante ADD) como em “[...] Para a ADD, todo enunciado produzido dialoga com outros enunciados já ditos antes dele, tentando até mesmo responder a enunciados que não foram ditos, o que também é um diálogo” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1079). O senhor considera que a ADD, que está embasada na perspectiva bakhtiniana, é um instrumento possível para lidarmos com desafios envolvendo a linguagem na esfera escolar, como a produção de enunciados no ensino de línguas?**

**Adail Sobral:** A ADD é uma teoria filosófica global da linguagem (que para ela incorpora a língua), podendo ser usada para o trabalho com todo e qualquer enunciado. Há, inclusive, extensões de seu uso a linguagens não faladas, escritas e sinalizadas, como as que estão presentes em enunciados verbo-visuais e visuais, por exemplo. Assim como a língua não se especializa em nenhuma função ideológica, uma proposta como a da ADD não se restringe, em seu campo específico, a esse ou aquele gênero ou objeto. Nesse sentido, “desafios envolvendo a linguagem na esfera escolar, como a

produção de enunciados no ensino de línguas” são uma oportunidade, como tantas, de empregar a ADD, e seus princípios radicais, a fim de abordar os vários elementos aí envolvidos.

Empregando a ADD para analisar esse seu enunciado: mais do que um instrumento, a ADD é uma ferramenta que pode ser, e tem sido usada para os mais diversos fins. Por que ferramenta? Porque, seguindo parte do materialismo dialético da ADD, um instrumento é algo que existe, de certo modo, independente de seus usuários, ao passo que uma ferramenta é um instrumento apropriado pelo usuário para seus fins, fins esses que podem ou não estar previstos no instrumento. O instrumento martelo, por exemplo, serve a seus fins específicos, mas pode se tornar uma ferramenta mortal, se usado como arma. No caso desses fins específicos, o instrumento martelo pode ser diferentes ferramentas, a depender de quem o use: o sapateiro (exemplo de Heidegger), o pedreiro etc. No caso da ADD, pouco importa que ela não tenha sido concebida para abordar a linguagem na esfera escolar ou a produção de enunciados no ensino de línguas. Importa que ela pode ser usada para abordar língua e linguagem, seja qual for a esfera, e para a produção de enunciados em todo e qualquer ambiente.

Ao contrário de certa deturpação acadêmica que diz, por exemplo, que o *corpus* x é bakhtiniano, pècheuxtiano ou bronckartiano, o trabalho de vários pesquisadores que trabalham com a ADD tem mostrado que o teste da teoria é dar conta de seu objeto, sozinha ou associada a exteriores teóricos. Se o objeto é a língua/linguagem, não há um *corpus* específico que seria mais adequado a ser tratado via ADD. Importa se esse objeto é devidamente abordado, o que supõe coerência, exaustividade e simplicidade (algo que foi bem desenvolvidos por Hjelmslev, com aponteí alhures).

O que são esses princípios no caso da ADD? A coerência está no fato de que o princípio base da ADD, o de que “todo enunciado produzido dialoga com outros enunciados já ditos antes dele, tentando até mesmo responder a enunciados que não foram ditos” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016a, p. 1079), ou seja, embora possa haver, na superfície dos textos, enunciados tendencialmente monológicos, no sentido de destacar uma dada voz em detrimento de outras, nenhum enunciado é monológico nos termos da teoria exceto no nível técnico da superfície do texto.

O que é exaustividade? Exaustividade é o resultado de um trabalho da teoria para dar conta dos vários aspectos de seu objeto. No caso da ADD, o objeto é a linguagem, ou seja, a língua em uso. Não há necessidade de descrever exaustivamente a língua com sistema, porque o objeto não é ela, mas a linguagem, não estudada (legitimamente) pela linguística tradicional, mas estudada pela ADD. Essa concepção, ainda que não cumpra requisitos formais de descrição exaustiva, a maioria dos quais de cunho positivista (cf. SOBRAL; GIACOMELLI, 2016b, *passim*), aborda os vários aspectos de seu objeto, a ponto de ser considerada uma teoria da linguagem.

O que é, por fim, simplicidade? De acordo com Hjelmslev, a simplicidade reside no fato de se explicar o máximo de aspectos do objeto com o mínimo de princípios. Tal como a álgebra da língua, ou o dispositivo enunciativo, que, a partir de uns quantos elementos e uma número limitado de regras, produz inumeráveis palavras, frases, enunciados, sentidos... Uma teoria deve poder partir de bem poucos princípios para explicar seus objetos, os aspectos *indecidíveis* seus, ou sua base conceitual (não os fundamentos dessa base). Por exemplo, com os conceitos de relações dialógicas, heteroglossia, gêneros, tema, tópico, significação, texto, interação, interlocutores, conteúdo, forma, material, que são os principais *indecidíveis* da ADD, fazemos a descrição simples, exaustiva e coerente do objeto. Por isso, a meu ver, a ADD é uma ferramenta “possível para lidarmos com desafios envolvendo a linguagem na esfera escolar, como a produção de enunciados no ensino de línguas”, mas também para tantos outros fins, mantidas a coerência, a simplicidade e a exaustividade.

**Jean Gonçalves:** A abordagem de Sobral sobre a ADD como uma ferramenta – teórica/metodológica – não deixa de incomodar um pouco alguns comentadores e estudiosos de Bakhtin e o Círculo que consideram a perspectiva dialógica como centralidade e, portanto, veem como desnecessária qualquer justificativa para utilizá-la em diferentes contextos de pesquisa. O autor, porém, ultrapassa a relação simplificada do termo “ferramenta” e a coloca em um lugar de importância. Ao mesmo tempo em que explicita sua visão sobre o pensamento bakhtiniano, defende sua explanação apontando para lugares de autoria, conceito essencial quando se fala em dialogicidade/responsabilidade. O rigor metodológico presente na ADD é apresentado por Sobral de modo a contribuir significativamente para ampliação do que se entende

por pesquisa bakhtiniana, especialmente no Brasil – cenário de disputas de termos/conceitos/noções/traduições que, muitas vezes deixam um leitor/pesquisador iniciante querendo “se puxar pelos cabelos”. Vale sugerir, aqui, o texto “A emergência, nas fronteiras entre língua e literatura, de uma perspectiva dialógica de linguagem”, de Beth Brait, recém publicado na *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*. Entre outras importantes reflexões para a área, Brait afirma que os trabalhos resultantes dos estudos dos componentes do Círculo bakhtiniano “se encaminham em direção a um princípio dialógico constitutivo da linguagem”. No caso específico de discussão no artigo, a autora explana, especialmente a partir dos escritos de Bakhtin e Volochínov, que:

[...] o conceito de linguagem que emana dos trabalhos de cada um têm, dentre outros pontos de contato, a ideia de diálogo, no sentido tanto de explorar a linguagem a partir da caracterização das especificidades verbais e extraverbais que envolvem e definem interlocutores em situação de interação presencial, como de um avanço em direção ao dialogismo. (BRAIT, 2017, p. 8)

A ADD vem se firmando, assim, como um dispositivo teórico-metodológico capaz de problematizar as questões do diálogo, contribuindo para o estudo de suas especificidades de modo que os conceitos, categorias e noções apresentados nos escritos do Círculo não se constituam em fórmulas ou modos de analisar e, sim, em possibilidades de contato (diálogo) entre o analista e o seu objeto.

**2- Temos encarado, recentemente, algumas proposições de mudanças na dinâmica da escola brasileira, como o projeto “Escola sem partido”. Lidando com os fatos de que proposições como essa afetam drasticamente todas as disciplinas, inclusive as de linguagens, já que propõem um silenciamento político discursivo, e que há documentos, como os PCNs, que trazem uma proposta dialógica com a linguagem inspirada nos postulados do Círculo de Bakhtin, seria apropriado pensar que nossas políticas educacionais, na verdade, ainda não amadureceram suas leituras sobre o dialogismo na esfera escolar?**

**Adail Sobral:** Para começar, “Escola sem partido” é uma designação contraditória, porque é imposição de um partido contra algo que um outro teria feito de errado na escola. Esse errado era na verdade abrir a escola para o mundo. Parece claro que essa

proposição é precisamente um esforço para promover a regressão das conquistas populares. Seja como for, não é do interesse dos atuais governantes ter uma massa popular crítica. O neoliberalismo, com atraso, chega ao Brasil quando já fracassou em muitas partes do mundo, e esse projeto é apenas um reflexo do clima geral, que, na verdade, parece ser contra todo tipo de diálogo e, mais ainda, contra a ideia de que, por exemplo, uma escuta dialógica possa acontecer. Vivemos um momento grave para o país em todos os níveis, uma forte regressão quanto às promessas da pós-modernidade, digamos.

Quanto aos PCNs não creio que eles tragam propriamente “uma proposta dialógica com a linguagem inspirada nos postulados do Círculo de Bakhtin”. Há apenas, ao lado de uma concepção retórico-argumentativa e de uma concepção textual mais estrita, vinculada com tipologia, a inserção de algo que lembra vagamente a concepção dialógica. No fim, essa inserção de certo modo validou como dialógica um amálgama de 3 concepções teóricas sobre gênero. Há uma concepção tipológica que insiste em identificar as características formais típicas de, por exemplo, narrativas; essa é bem formal. Há uma concepção retórico-argumentativa que, se avança com relação às tipologias, nem por isso incorpora o contexto. E há uma concepção, essa que digo que lembra vagamente a dialógica, que o vê como “evento comunicativo institucionalizado”. Se há de certo modo um avanço com relação às concepções anteriores, a proposta não me parece propriamente dialógica. Vejamos o que diz os PCNs do Ensino Médio, por exemplo. No eixo da Investigação e Compreensão, o documento sugere que se deve levar o aluno a

Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção/recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e da propagação de ideias e escolhas, tecnologias disponíveis, etc.) (PCN, 2000, p. 14).

Não há aí uma articulação entre os vários elementos arrolados, que vêm de distintas concepções: “recursos expressivos” ao lado de “função, organização, estrutura das manifestações” e de “condições de produção/recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e da propagação de ideias e escolhas, tecnologias disponíveis, etc.). Vemos um todo mecânico, formado por partes contíguas que não se tocam. Essas propostas não implicam a assunção de uma perspectiva dialógica. De

modo algum. Há, no documento como um todo, “pinceladas” de algo que lembra diálogo, mas a perspectiva é basicamente difusa, e mesmo confusa. Logo, as nossas políticas educacionais, na verdade, sequer fizeram de fato leituras sobre o dialogismo na esfera escolar e nunca assumiram de fato essa perspectiva. Há afirmações no papel e bem pouco de concreto na prática em geral. E com as novas condições políticas, que possibilitam haver um projeto como esse, vejo ainda mais dificuldades pela frente. Se houvesse uma perspectiva dialógica, haveria uma mudança substancial. Mas essa concepção é vista como demasiado radical, porque ela acaba com a ideia de um objeto estático de ensino que seja transmissível. Como disse Yves Clot, gênero não se transmite; gênero se ensina. Ou seja, na qualidade de dispositivo enunciativo, o gênero não pode se reduzir à forma. Não basta dizer que há um contexto e interlocutores. É preciso ver as relações enunciativas e, a partir delas, ver os outros elementos. Mas isso não está nos documentos nem nas práticas. A concepção dos PCNs ainda é demasiado textual. Estática. Não entende o gênero em sua radicalidade de forma-conteúdo enunciativamente marcada.

Mas isso não vai nos impedir de pensar num ensino dialógico, aquele que envolve a escuta alteritária, definida como uma escuta que vê o outro (aluno, colega, funcionário) em sua especificidade enunciativa, como real coparticipante de uma interação, com empatia e respeitando sua maneira específica de ser, que é sempre um desafio para quem escuta. Essa perspectiva traria, sim, mudanças na concepção de ensino, que é o *locus* a trabalhar. Não importam as concepções metodológicas específicas se há o chamado “currículo oculto”, aquilo que se espera de fato conseguir com a educação, e que não está nos documentos.

Essa atitude permite que nossa igualdade e nossa diferença deem um novo sentido ao nosso encontro como professores, alunos, funcionários. Trata-se de defender a ideia de que ensinar não é transmitir, mas ajudar a ver o que parece invisível à primeira vista, guiar na construção, acompanhar num processo complexo de autoformação, de autoevolução, na qualidade de aluno eterno e de parceiro mais experiente que promove a descoberta e construção pelos alunos de conceitos, de saberes, de subjetividades relacionais. Ensinar não é transmitir. E os gêneros são o dispositivo em que isso fica nítido. Com ou sem “Escola sem Partido, essa é a contribuição possível da teoria dialógica para a escola. Resta começar a implementá-la.

**Jean Goncalves** - Utilizando-se de termos como concepção dialógica, ensino dialógico e escuta alteritária, Sobral entra no território dos gêneros do discurso para responder à questão supracitada. É possível que nos perguntemos o motivo para tal resposta. Qual a saída quando se fala em “Escola sem Partido”? Como pode um espaço de socialização do saber e de construção do conhecimento negar uma dose da própria vida aos sujeitos que o integram? Em “Arte e Responsabilidade”, seu primeiro texto, de 1919, Bakhtin chamava seu leitor a um compromisso ético-estético com o existir, ou seja, mais do que penetrar o mundo com o sistema da língua, é necessário vivenciá-lo para que os três campos da cultura humana – a ciência, a arte e a vida – possam adquirir unidade/singularidade no sujeito que os incorpora (BAKHTIN, 2003 [1919]). A partir da insistência de que “ensinar não é transmitir”, Sobral aponta para uma educação dialógica, aos moldes freireanos, porém mais radical quando se fala em diálogo como a única possibilidade de ultrapassar fronteiras e quebrar paradigmas estáticos e históricos: prática escolar como vivência integral/global/única – autoformação como complexidade intrínseca ao próprio processo – relações sociais para além de uma sociabilidade disfarçada – dialogismo como uma experiência transgressora e drástica. “O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável: todos os seus momentos devem não só estar lado a lado na série temporal de sua vida mas, também, devem penetrar uns nos outros na unidade da culpa e da responsabilidade” (BAKHTIN, 2006 [1919]). O projeto bakhtiniano parece, em alguns momentos, apenas um devaneio utópico, mas é no contexto da escola que se vislumbra sua efetivação enquanto projeto dialógico, justamente por ser, na escola, que os sujeitos se encontram com diferentes facetas de conhecimento. Para além das lâminas, dos quadros, dos cadernos e dos apagadores, existe uma série de relações entre pessoas – eis o interesse obcecado de Bakhtin – e são elas que possibilitam as efervescentes trocas de palavras que vão caracterizar o emaranhado de saberes em uma esfera que não pode, nunca, se afirmar dona ou detentora de qualquer impossibilidade marcada, ou seja, pela ótica de Sobral, “Escola sem Partido” é um projeto discursivo que inviabiliza o diálogo, por seu caráter descaradamente autoritário e ditatório.

**3- Há um número consistente de pesquisas em Linguística Aplicada que focalizam seus estudos na esfera escolar. Na sua opinião, de que formas o trabalho do linguista aplicado tem sido afetado diante das mudanças político-educacionais que tem sido propostas à escola constantemente na atualidade?**

**Adail Sobral:** A esfera escolar tem recebido mais e mais atenção porque está em crise, ou melhor, porque a formação para ela, considerando-se as novas exigências de eficiência e as mudanças do perfil dos alunos, parece continuar presa ao modelo de um professor transmissor que trabalha com alunos que têm respaldo educacional em seus lares, e não alunos que aprendem com a Internet, que não têm respaldo educacional em casa por vários motivos, alunos que não estão acostumados a ouvir com atenção, quietos, um professor transmitir saberes. Assim, houve uma mudança do perfil do estudante em décadas recentes. Antes a escola acolhia cerca de 20% da população, uma elite, e há algumas décadas foi havendo o acesso a mais camadas da população que não se pode comparar com a clientela de elite de antes desse processo. Essa nova clientela propõe desafios vários à escola, e isso se reflete na pesquisa em Linguística Aplicada. Ao lado disso, as constantes mudanças político-institucionais impõem padrões de avaliação de desempenho que não parecem adequados à nossa cultura escolar, porque são normalizadores, supõem uma unidade de perfil dos alunos e são essencialmente quantitativos, além de serem em geral adaptados bem pouco ao país uma vez que são criados em outros países para as necessidades desses países.

Isso impõe ao linguista aplicado a tarefa de insistir que as soluções gerais são apenas indicativas a ser alterados contextualmente. É preciso contribuir para formar professores de Letras em termos “glocais”: desenvolver com eles parâmetros conceituais teóricos e práticos que lhes permitam alcançar a dimensão global a partir da situação local e ver esta última também em termos globais. Refletir sobre a prática e ler as propostas teóricas à luz da prática.

Há, na verdade, um enorme (talvez excessivo) número de iniciativas de mudança, o que indica que nada mudou. Ocorre que nada vai mudar mesmo se a concepção de ensino e de formação docente não se alterarem. Na verdade, depois de décadas de sociolinguística, a escola ainda é o reduto da gramatiquice, a pretexto de que é preciso conhecer regras etc.

Talvez o grande problema dessas políticas seja o fato de elas não conseguirem ser um “Jano”, como diz Bakhtin, não terem podido, até o momento, olhar para a “unidade objetiva de um domínio da cultura” e para a “singularidade irreproduzível da vida vivida” (*Pour une philosophie de l’acte*, p. 18)

O dinamismo da língua/linguagem tem de ser defendido intransigentemente pelo linguista aplicado. Apesar de tantas propostas modernizantes, a escola ainda é o lugar do professor transmissor, do detentor de um suposto saber. Enquanto o professor é levado a se esforçar por transmitir saberes, o aluno viu no *tablet* três ou quatro versões do mesmo tópico, e não recebeu orientação sobre o que fazer com isso. Logo, o linguista aplicado tem de se esforçar para defender um ensino dinâmico, uma concepção dinâmica de ensino. O despertar para a dimensão educativa talvez seja uma das maiores contribuições da Linguística Aplicada. De nada serve uma concepção dinâmica de linguagem sem a contraparte de uma concepção dinâmica de educação. Vemos isso no trabalho de vários linguistas aplicados e de grupos de pesquisa como o GEPEC (UNICAMP), LEDUC (UFRJ) e LEAL (UCPEL).

**Jean Gonçalves** - Algumas afirmações de Sobral podem ser consideradas bastante radicais, especialmente para quem fala do campo da educação: “Há, na verdade, um enorme (talvez excessivo) número de iniciativas de mudança, o que indica que nada mudou.” Obviamente temos mudanças instauradas em instâncias talvez pouco visibilizadas. Não é possível dizer que anos de pesquisa não tenham agregado qualquer mudança às formas de ver, pensar e agir na esfera escolar. Entende-se, no entanto, a insistência de Sobral por uma concepção de ensino que precisa ser alterada, reformulada e (re)significada para que os resultados apareçam de forma mais efetiva. Ao dizer, por exemplo, que “o aluno viu no *tablet* três ou quatro versões do mesmo tópico, e não recebeu orientação sobre o que fazer com isso”, há um importante apontamento sobre a necessidade de se repensar a relação com a tecnologia na sala de aula. Tecnologia esta que, mediada pelas experiências de um professor, poderia ser muito bem aproveitada para a construção do conhecimento e a organização do saber. Há, no entanto, uma dificuldade atual em se falar do papel do professor, e um risco de se cair na sedução de culpá-lo por não se colocar disponível aos novos meios/mídias/redes que hoje se apresentam ao campo da educação. Cabe citar, neste momento, a entrada no pensamento

bakhtiniano nos cursos de licenciatura (de diferentes áreas) e nos Programas de Pós-Graduação em Educação, o que representa um ganho do ponto de vista da importância do entendimento de que pesquisar educação é pesquisar linguagem, que a escola é o lugar privilegiado para investigar o funcionamento da linguagem por diversas perspectivas e objetos de interesse (GONÇALVES, 2011; GONÇALVES, 2016). Aí entra, por tabela, a urgência do conhecimento do linguista aplicado em esferas educacionais, mas esta é uma discussão que não caberia neste comentário em virtude dos amplos aspectos implicados que precisam ser discutidos.

**4- A proposição de se pensar os estudos em Linguística Aplicada sob uma perspectiva cada vez mais política e problematizadora já está inserida na história da área e vem ganhando cada vez mais força, motivada, pelo menos aqui no Brasil, pelos debates envolvendo política que tem se realizado em diversos espaços atualmente. O senhor considera que estamos em um momento em que não há como falar de Linguística Aplicada sem encararmos sua interface política?**

**Adail Sobral:** Afora casos bem limitados nos primórdios da LA, essa área sempre foi política e problematizadora. Foi ela, que nasceu no âmbito do ensino de línguas, que trouxe para os estudos da linguagem áreas como as análises de texto, de discurso, da conversa etc. Sempre houve um posicionamento político na área, pelo simples fato de haver um distanciamento de estudos linguísticos clássicos dos três componentes fonética/fonologia, sintaxe e semântica. No momento em que o linguista se ocupa de novos objetos para os quais os estudos clássicos pouco podem contribuir (nem é essa sua intenção, o que é legítimo), não há como escapar de um posicionamento político.

Isso fica bem claro hoje, embora não haja um consenso. De todo modo, o 18º Congresso Mundial de Linguística Aplicada, promovido pela AILA e pela ALAB, tem como tema “Inovações e Desafios Epistemológicos na Linguística Aplicada”, que o qual se “pretende fomentar discussões acerca de agendas de pesquisa inovadoras para endereçar práticas sociais e sobre como tais agendas desafiam as formas como compreendemos, produzimos e transformamos conhecimento na área”. Vemos aí uma preocupação com práticas sociais e com a produção de conhecimentos. Isso fica ainda mais claro no tema do X Congresso Internacional da Abralín, realizado em março de

2017: “Pesquisa linguística e compromisso político”. Dou a palavra à Abralin, pois acho que ela define com clareza o posicionamento político que se espera da Linguística Aplicada hoje:

O tema do X Congresso Internacional da Abralin contempla e destaca o papel social e histórico da atividade científica praticada na área da Linguística, no viés da pesquisa e do ensino-aprendizagem de línguas, entre outros setores, envolvendo questões tais como o retorno social dos produtos intelectuais da área, as práticas inovadoras, a formação discente para a cidadania, o preconceito linguístico, a reflexão sobre ética na pesquisa e na manipulação de dados, entre outros constantes da pauta do século XXI.

**Jean Gonçalves:** Pensar a relação da Linguística Aplicada com a política é retomar, inclusive, o pensamento bakhtiniano, ligado por suas vísceras ao contexto político de uma Rússia em conflito:

A Rússia dos anos 1920 era um “caldeirão” de ideias e fervores políticos e também de mudanças profundas em todos os campos da atividade intelectual. Diversos movimentos artísticos (futurismo, cubo-futurismo, acmeísmo, suprematismo, etc.) propunham uma renovação cultural e de pensamento. [...] As origens econômicas e políticas da Rússia czarista associadas às tentativas da classe dominante de ocidentalizar o país criaram uma *intelligentsia* sem fundações institucionais fixas. Em face de severa censura essa *intelligentsia* reprimida formou círculos secretos de discussão nos quais ideais esclarecidos poderiam ter expressão (GRILLO, 2012, p. 23).

A tarefa do pesquisador em ciências humanas, desse modo, seja ele linguista aplicado ou não, é buscar meios e procedimentos que o “coloquem na fogueira”: e a fogueira política é a esfera na qual as mudanças se efetivam. Ao apontar para os congressos e associações da área, Sobral reafirma a importância de se aplicar, literalmente, a Linguística Aplicada ao cenário político no qual ela se insere. Do mesmo modo que Bakhtin e seus parceiros aproveitaram a situação política da Rússia para criar uma obra que hoje tem relevância intelectual mundial, com reverberações epistemológicas em áreas diversas, cabe ao linguista aplicado (especialmente o que se diz e se vê como bakhtiniano) não se distanciar de sua responsabilidade para com as demandas de sua época, de seu lugar. É na afirmação de um pensamento dialógico conectado à sua realidade que o pesquisador em ciências humanas (incluindo aí o linguista aplicado) poderá demonstrar sua importância e necessidade em uma sociedade carente de seriedade nas reflexões sobre quem é e pra onde está caminhando este profissional dos estudos da linguagem.

**5- Em outro texto de sua autoria, intitulado “MFL, tradução e ressignificação” (2016), o senhor discute a nova tradução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e o Prefácio de Patrick Sériot. Além do aspecto linguístico, o senhor considera a prática do reposicionamento da palavra, através da tradução, em um novo contexto histórico e social como algo crucial para melhor entendermos o texto de partida?**

**Adail Sobral:** A compreensão é sempre um reposicionamento da palavra. A tradução é um ato de compreensão reposicionador levado ao extremo, pois envolve a transposição cultural, histórica e social. No caso específico da nova tradução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, e do Prefácio que a apresenta, tivemos um momento importante em termos de compreensão, uma vez que há, além da interpretação valorativa que é a nova tradução, uma declaração de parâmetros interpretativos ao lado de propostas de interpretação.

Dito isso, deve-se considerar que, mesmo para quem é capaz de ler russo, cada nova tradução para as línguas maternas do leitor traz algo de novo em termos de ressonâncias interpretativas. Logo, dispor de duas traduções para o francês da obra de Voloshinov é enriquecedor, ainda que isso de certo modo nos afaste mais do original. Não há como ser integralmente fiel ao texto russo ou vê-lo precisamente em seu contexto original. Sériot é magistral em explicar vários elementos vitais para a compreensão da obra, mas, a nosso ver, ainda assim faz uma leitura anacrônica do livro. Claro que o reposicionamento dele não vai aceitar essa nossa interpretação.

Alguém está errado aqui? Não. Porque não há um parâmetro absoluto que possa dizer que a interpretação dele é melhor que a nossa ou vice-versa. O contato dele com o texto russo (a que não podemos ter o mesmo acesso que ele, que é eslavista) não é uma vantagem nesse caso, porque já é visto sob a ótica interpretativa dele e, portanto, está sujeita às mesmas valorações que criticamos. Talvez a cadeia de reposicionamentos ajude a compreender melhor o texto russo.

Em breve teremos uma tradução russo-português de *MFL*, pela Sheila Grillo e a Ekaterina Vólkova Américo. Teremos ali mais dados para uma compreensão. A cadeia de reposicionamentos envolve a interpretação que é a tradução, a interpretação que

resulta da leitura específica que Sériot faz, a interpretação da tradução antecedente, nossa interpretação (a partir das edições em português, inglês, francês e espanhol) e todos os diálogos que Sériot, I. Tylkowski-Ageeva, eu e Karina e os tradutores da primeira tradução travaram cronotopicamente.

Os limites da interpretação estão naquilo que chamei de “feixe de sentidos”. Não podemos dizer que *MFL* é um tratado sobre relações sintáticas, mesmo em termos enunciativos, embora haja um texto sobre isso em seu final, que, como se sabe hoje, era parte de outro projeto, “O problema da transmissão do discurso do outro: uma experiência de pesquisa sociolinguística”. De certo modo, é meio chocante vir de repente, depois de toda uma discussão teórica de teorias de linguagem, uma parte de análise sintática. Mas também não podemos dizer que a análise sintática enunciativa de obras literárias, incluindo obras de Dostoiévski, não é parte do livro.

Portanto, o livro é uma proposta de filosofia da linguagem que recorre a elementos literários para uma análise ilustrativa do que é proposto teoricamente. Se atentarmos bem, embora recuse tanto teses de Saussure (o sistema-sujeito) como de Vossler (o sujeito-sistema), há algo de vossleriano no livro, no sentido de ecos da ideia de sujeito-sistema. Ver o intercâmbio verbal em termos de diálogo desubjetiviza Vossler. Por outro lado, se a tese específica de Saussure é modulada, em nenhum momento se diz que não existe língua como sistema. Por tudo isso, todas as interpretações que não imponham ao texto suas próprias bases contribuem para a compreensão das propostas do livro.

Falta-me tempo para a seguinte tarefa: examinar até que ponto a tradução influenciou a interpretação que o Prefácio propõe e até que ponto as bases da interpretação que o Prefácio traz influenciou a interpretação tradutória. Porque antes da tradução, como tentamos mostrar, havia já uma interpretação sobre o livro a ser traduzido e uma opinião acerca do reposicionamento feito pela primeira tradução.

Depois de traduzido o texto, provavelmente havia para Sériot outra versão de sua interpretação. Explico: o primeiro contato do tradutor com o texto traduzido tem algo de invasivo antes de ter algo de empático e de o tradutor assumir a posição de porta-voz. Esse contato é marcado pela tensão entre a “ignorância” do tradutor e sua obrigação de relatar o discurso do outro sem ser linear nem pictórico. Em seguida, vem certo

relaxamento que permite a empatia. Vem, por fim, o momento mais arriscado, porque é aquele em que o tradutor se torna autor de uma obra derivada, e fala pelo autor da obra de que essa é derivada.

Nesse momento, o tradutor tem uma estranha compreensão do texto, aquela advinda de uma posição enunciativa híbrida: a de compreendedor-locutor. Trata-se de uma posição que só um tradutor ocupa. Só o tradutor pode, além de compreender o texto, falar em nome do autor na condição de autor da obra derivada. Um professor pode explicar um autor, mas não nessa condição. Um tradutor como Sériot, que também vê o livro como objeto de estudo, reúne essas duas condições. Assim, imagino que, para ele, depois desse mergulho no livro, o que dissemos de seu reposicionamento deve soar estranho. Na verdade, há algo de inaceitável para ele nessa nossa re-interpretação. E é perfeitamente aceitável que ele se sinta assim. A posição da qual ele vê produz um reposicionamento que não é o nosso. Aliás, reconhecemos isso no texto do artigo. Foi um bom diálogo de nosso ponto de vista. Pena que não tenha havido continuidade.

Por fim, devo dizer que o reposicionamento é parte crucial de toda compreensão de qualquer texto, traduzido ou não. Porque a compreensão só existe se houver um reposicionamento: lemos o outro nos termos que ele nos propõe e que conseguimos captar, mas também o fazemos em nossos termos – porque não somos ele. Isso é legítimo, porque é inevitável: não há compreensão sem reposicionamento. Eticamente, precisamos por isso ter muito cuidado para não “nos” lermos no texto alheio, para não exigir dele o que não prometeu, para impor-lhe uma leitura como *a leitura*. Nesse sentido, todo reposicionamento, necessário como é, requer cuidado para não desfigurar o texto reposicionado.

**Jean Gonçalves:** “A tradução é um ato de compreensão reposicionador levado ao extremo, pois envolve a transposição cultural, histórica e social”. Esta afirmação de Sobral, ao se posicionar sobre a tradução para o francês de MFL, justifica sua abordagem crítica com relação aos pressupostos defendidos no prefácio de Sériot. Sua crítica se fundamenta, sobretudo, na própria perspectiva bakhtiniana cujo dialogismo constitui a centralidade de discussão. Ao retomar o trabalho de Sériot e Tylkowski-Ageeva, Sobral discute aspectos da tradução que nem sempre são considerados, inclusive por teóricos da tradução, instigando o leitor a uma revisita atenta à obra de

Bakhtin e não somente a um texto isolado, para que a relação com a tradução se efetive de forma, também, o mais dialógica possível. Como sabemos, no pensamento bakhtiniano a língua vai se moldando a partir de experiências e visões de mundo dos envolvidos na interação, o que possibilita a produção, circulação e recepção de sentidos. Essa reflexão interessa aos estudos sobre tradução, pois há que se considerar que estão imersos, neste processo, julgamentos, valores, posições e sobressaltos ideológicos, tanto por parte de quem traduz como no que tange aos receptores da obra em diferentes contextos e esferas de atividade. Pode se tomar como exemplo a nova tradução direta do russo, por Sheila Vieira de Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo (BAKHTIN, 2017) que surge a partir de uma extensa pesquisa, e tem como base as duas primeiras edições da obra (1929 e 1930). O livro possui um ensaio introdutório de Sheila Grillo que tem como objetivo situar o leitor no que se refere aos estudos da linguagem e à obra bakhtiniana. Há também um glossário e um “plano de trabalho” de Volóshinov, que estava em arquivo e agora chega aos leitores brasileiros. Ora, não é necessário dizer que a leitura do livro produzirá sentidos que só se efetivam pelas peculiaridades desta tradução, deste modo de traduzir. Aí é possível fazer uma ponte dialógica com a insistência de Sobral na ideia de um dialogismo radical por meio do qual, mesmo em meio à crítica, se estabeleça acordos, desacordos e outros reposicionamentos: “A posição da qual ele vê produz um reposicionamento que não é o nosso. Aliás, reconhecemos isso no texto do artigo. Foi um bom diálogo de nosso ponto de vista. Pena que não tenha havido continuidade”.

**6- O senhor acredita que ao mantermos um olhar dialógico sobre o processo tradutório, não só em relação ao linguístico, mas também ao contexto histórico e social em que o mesmo ocorre, conseguiríamos, assim, “afugentar” aquilo que Patrick Sériot (2015) afirma sobre o envelhecimento da tradução?**

**Adail Sobral:** As traduções a meu ver não envelhecem. O texto da tradução envelhece, mas seu discurso não. Porque a interpretação que ela é não perde a validade, embora a maneira de exprimi-la nos cause estranhamento depois de algum tempo. Do mesmo modo, mesmo que a nova interpretação seja bem distinta da primeira, esta é válida porque reflete a valoração de um momento, de um lugar, de uma recepção do texto traduzido. Logo, a tradução não envelhece nesse sentido de perder a validade, se

entendo bem o que Sériot designa por envelhecer. Ela apenas fica marcada por sua situação cronotópica e valorativa.

À tradução também se aplica o que Bakhtin fala sobre como deve ser a leitura de textos de outras épocas, e que passei a aplicar ao tradutor em sua atividade: é preciso ler o máximo que se pode de acordo com a época e lugar do autor da obra; é preciso ler o máximo que se pode de acordo com a época e o lugar da tradução; e é preciso ler exotopicamente, reunindo dialogicamente a leitura segundo a época e lugar do texto traduzido e a leitura segundo o local e a época da tradução.

A tradução antiga dialogou com enunciados já ditos e que viriam a ser ditos. Sua validade é garantida assim, em termos da teoria dialógica, por seus ecos na nova tradução. Esta não pode se desvencilhar dos ecos da anterior, mesmo que os seus autores não tenham lido a anterior. Talvez o único sentido de envelhecimento da tradução esteja no fato de que, como a obra foi sendo compreendida de outras maneiras ao longo do tempo, a tradução mais antiga não atenda a algumas necessidades de leitores de outra época. Mas isso não é intrínseco à própria tradução.

Traduzi *A Representação do Mundo na Criança*, de Piaget, em 2005, e li a tradução anterior, de 1975. Claro que os textos refletem a época em que foram produzidos. Há várias escolhas do tradutor anterior que não são as minhas, e vice-versa. Os textos refletem até mesmo concepções distintas de tradução: a anterior tem algo de respeitoso que deixa transparecer que o texto traduzido é do francês de certa época; o meu é mais, digamos, autoral, parece mais português, pois não mantém certas especificidades sintáticas do francês, por exemplo. Mas as duas traduções não alteram as propostas do autor, embora as escolhas possam favorecer mais essa ou aquela interpretação.

Em 1975, quando eu ainda não traduzia, era norma o que chamavam de “respeitar o autor”. De lá para cá, o tradutor passou a ser considerado autor de obra derivada e por isso temos mais liberdade para dar do texto do autor uma versão em português sem as marcas do original; podemos correr mais riscos e alterar o texto de acordo com as necessidades expressivas do português.

Por outro lado, tive limitações que o outro tradutor não teve. Tive de colocar uma nota explicando que mantive “retardado” porque, em 1927, esse termo era técnico

na obra e não caberia alterá-lo sem violar o sagrado direito do autor. Mas esse termo tinha de ser explicado porque em 2005 era pejorativo, quando em 1975 não chamava a atenção. Tudo isso mostra que, seja como for, o discurso permanece: as propostas do autor, mesmo que usemos outros termos e construções, permanecem. Logo, o que pode dar a impressão de envelhecimento no sentido de interlocução é que os leitores de outra época leem de modos distintos e têm distintas expectativas, algumas delas, eu diria, ilegítimas, como esperar que a obra resolva problemas que ela não se propõe a abordar.

**Jean Gonçalves:** Um dos principais núcleos temáticos abordados por Sobral, nesta resposta, se firma em uma triangulação conceitual conectada ao pensamento bakhtiniano: autoria, irrepitibilidade e singularidade. Compreender que o tradutor, mesmo que não seja o autor da obra, exercita sua autoria ao traduzir o que diz o outro (na língua de origem da obra), tentando comunicá-lo em outra língua, é ir, profundamente, aos princípios dos argumentos da perspectiva dialógica. A autoria, neste caso, está nas escolhas do tradutor, que implicam, diretamente, no modo como a tradução irá se configurar enquanto enunciado concreto, ou seja, a leitura da obra atual será sempre constituída por um histórico de tradução, tendo o leitor o acesso a obras anteriores ou não. Aqui, leitor e tradutor têm, de alguma forma, uma relação dialógica com as obras traduzidas anteriormente, porque as escolhas de tradução atuais refletem uma época, um contexto e um panorama distintos do que se encontra na tradução “velha”. O não envelhecer da tradução tem a ver com o fato de que cada enunciado é único e irrepitível (e isso não é novo para leitores de Bakhtin). A singularidade de cada obra traduzida está, justamente, no fato de que seu endereçamento também é mutante, o que quer dizer que ninguém, em sã consciência, traduz um texto, hoje, para leitores do futuro – traduz-se hoje para leitores de hoje. Obviamente, uma obra bem traduzida terá reverberações históricas e permanecerá na dança dos livros e dos autores por muito tempo, até que algum novo tradutor resolva “autorar” uma nova tradução. Há ainda, fatores discursivo-políticos, especialmente no âmbito das traduções de obras ditas acadêmicas/intelectuais, que fazem com que determinadas traduções circulem apenas em alguns contextos e não em outros, sendo possível afirmar que a aceitabilidade da tradução (e por consequência do tradutor) são fundamentais para que uma obra se

mantenha “viva”, de modo que, mesmo quando re-traduzida, permaneça referenciada nos círculos de discussão e nas produções deles recorrentes.

**7- Em seu texto “Uma reflexão bakhtiniana sobre interlocução e linguagem”, publicado no livro *Interfaces com a linguística: dialogando saberes* (2016), o senhor discute em uma seção a tradução atrelada à autoria sob a perspectiva bakhtiniana. Partindo de sua afirmação em “[...] Ao traduzir textos, aquele produz discursos em outra língua a partir de discursos escritos numa dada língua” (SOBRAL, 2016, p. 24), qual é a sua opinião sobre a situação, por vezes, conflituosa do tradutor quando seu processo autoral se choca com o reposicionamento de um discurso de uma língua à outra?**

**Adail Sobral:** Não há, a meu ver, choque entre o processo autoral do tradutor e o reposicionamento, se entendo bem o que pergunta. Porque a autoria do tradutor é distinta da do autor: o tradutor não tem de opinar sobre o que traduz, ou forçar uma interpretação, mas simplesmente ser a interface entre textos, línguas e culturas, criar uma relação interlocutiva entre o autor do texto traduzido e os leitores de outra língua. O tradutor interpreta no sentido de que ao traduzir compreende, tem de compreender, e toda compreensão é reposicionamento, interpretação. Não lhe cabe explicar o texto, mas recriá-lo em outra língua. Assim, não vejo conflito, porque a atividade tradutória é profissional.

Como eu disse em outra ocasião, se traduzir, digamos, um texto de uma teoria que não julga aceitável, o tradutor só tem duas coisas a fazer: traduzir com maior cuidado para evitar que sua opinião perturbe a tradução ou desistir de traduzir. Se não consegue se colocar nessa posição exotópica, ele não é tradutor. Um tradutor não se impõe ao autor, mas se faz porta-voz seu. Além disso, tem de servir ao leitor, que não quer ler a opinião do tradutor, mas a obra do autor. O tradutor serve a dois senhores: o autor do texto-base e o leitor do texto-alvo.

Como eu disse em alguns textos, ao atender a esse requisito de servir a esses dois senhores, o tradutor produzirá uma interpretação legítima que é sua tradução. Ainda que ponha notas no texto, inclusive explicativas, adapte termos e exemplos, use colchetes para explicar termos e expressões etc., o tradutor estará produzindo uma

interpretação legítima se respeitar o autor e se eximir de dar opiniões ou explicar coisas em seus termos pessoais.

Ele pode inclusive escrever um artigo contra as propostas do texto que traduzir. O que ele não pode é interferir no texto no sentido de alterar aquilo com que não concorda ou acentuar o que acha bom. Interferir é aético. Por isso, o tradutor é um autor que tem de respeitar outro autor e os leitores. Não há, então, conflito porque não cabe na tradução as opiniões ou posições do tradutor, mas o trabalho de reconstituir em outra língua o texto que vem de outra.

A interpretação tradutória relata o discurso do outro sem criar uma moldura que altere substancialmente esse discurso, na medida que é possível a um ser humano alcançar essa posição exotópica. Na verdade, tenho uma concepção radical disso: tradutor não tem opinião no exercício de sua atividade. Fora dela, pode pensar o que quiser. Se rejeita um texto, ele simplesmente pode se recusar a traduzi-lo, mas de modo algum deturpá-lo por alguma necessidade autoral, porque essa necessidade é sempre ilegítima; sua autoria é especial: ele responde de certo modo pelo outro, o que aumenta sua responsabilidade ética perante o outro. Em sua atividade, o tradutor tem a responsabilidade ética de respeitar seus senhores (autor e leitores) e permitir, como interface, que ocorra o diálogo profícuo entre eles.

**Jean Goncalves**: Na perspectiva bakhtiniana, qualquer produto ideológico tem relação com uma dada realidade que reflete e refrata uma outra realidade. Em *MFL* temos um Volóchinov preocupado com o significado exterior que reveste a ideologia, ou seja, o signo é sempre ideológico. Porque seria diferente o caso da tradução e da autoria do tradutor? Sobral pontua muito bem os aspectos que “revestem” a exterioridade de uma obra traduzida, desde a necessidade de compreensão do que vem a ser um porta-voz até as escolhas pontuais e certas que farão da tradução uma obra única (próxima da obra original, mas não ela mesma). Pensar o ato da tradução como um enunciado que resulta em um produto imanentemente ideológico é assumir uma abordagem dialógica por natureza, longe da qual não é possível criar uma realidade tradutória que converse com os leitores imaginados (um determinado país, uma determinada região, uma determinada língua). Tal reflexão se entrelaça, também, com outra importante noção

bakhtiniana: a indissociabilidade entre ética e estética, apontada por Sobral de maneira bastante peculiar quando se refere à ideia de “interpretação tradutória” que consiste em relatar “o discurso do outro sem criar uma moldura que altere substancialmente esse discurso, na medida em que é possível a um ser humano alcançar essa posição exotópica”. Pontue-se, nesta afirmação, a expressão “na medida”, que coloca para o tradutor, novamente, a insistência bakhtiniana do não álibi para o seu ato, para sua responsabilidade tradutória, que pode tanto levar um leitor a se aproximar da obra original quanto fazê-lo distanciar-se dela – eis uma responsabilidade nada simples de se esquadrihar.

**8- No mesmo texto, o senhor nos diz que a contribuição de Bakhtin para a Linguística Aplicada não tem a ver com *modelização* ou “aplicação de saberes como redução da teoria a uma técnica repetida” (SOBRAL, 2016, p. 37). O senhor acha que essa *modelização* ainda é uma recorrência nos estudos bakhtinianos em interface com a Linguística Aplicada contemporânea? Se sim, por que o senhor acha que isso ainda ocorre?**

**Adail Sobral:** Não creio que nos estudos bakhtinianos em interface com a Linguística Aplicada contemporânea ocorra essa ênfase na modelização. Pelo contrário: é aí que se combate o excesso de modelização, desde que se reconheça a radicalidade e o enriquecimento que isso traz. Claro que toda transposição didática envolve algum grau de modelização, de redução temporária de objetos complexos com o objetivo de entendê-los, explicá-los, torna-los compreensíveis. A modelização só não precisa ser excessiva, paralisante, algo como propor um dicionário de gêneros, como se gênero não fosse um dispositivo enunciativo, mas textual. Sim, há regularidades, ou teríamos de reinventar cada um sempre e sempre, mas o foco não é essa regularidade, mas a singularidade irreproduzível do ato de enunciar. Obviamente, cada vez que analisamos um espécime de gênero estamos tirando um instantâneo dele, paralisando-o por instantes, mas temos de devolvê-lo à vida, temos de reconhecer tanto seu lado de membro de um domínio da cultura como seu lado irreproduzível. Por isso o gênero se define como formas *relativamente* estáveis de enunciados. Formas, não tipos e menos ainda modelos. E formas de *enunciados*, não de textos. As formas textuais são complementares, porque são escolhidas de acordo com as necessidades da enunciação.

A meu ver, podemos usar, contra o excesso de modelização, o que Motta-Roth propõe:

O foco da educação lingüística, portanto, recai sobre o ensino da interlocução. Ensinar linguagem passa a ser mais do que ensinar as estruturas da língua, pois se concentra em levar o aluno a desenvolver competências analíticas dos contextos de uso da linguagem de modo a se tornar capaz de analisar discursos. Os contextos, como situações recorrentes na sociedade, são constituídos na linguagem e pela linguagem e se estruturam como partes da cultura. Como construtos intersubjetivos da coletividade, os contextos são aquilo que são reconhecidos como tal pelos que participam do grupo social. Nesse sentido, o contexto passa a ser critério para se escolher o que e como dizer ou escrever. O ensino de gramática deve estar a serviço dessa capacidade de analisar o contexto e de escolher as possibilidades a partir das ofertas do sistema da língua e não o contrário. (MOTTA-ROTH, op.cit, p. 501).

Para dar forma concreta a uma proposta nessa linha, propus (SOBRAL, 2015: <https://www.facebook.com/notes/adail-sobral/a-transposi%C3%A7%C3%A3o-did%C3%A1tica-pode-matar-os-g%C3%AAneros/10206020498046273>) que, para trabalhar gêneros, temos de pensar ao menos nas seguintes questões, cuja resposta vem do texto que analisamos, não de algum manual:

- Qual o contexto interativo mais amplo? (a esfera de que o autor faz parte);
- Qual a posição do locutor? (não é sua opinião, mas seu estatuto: um professor, aluno, mãe?);
- A que interlocutores ele se dirige? (o estatuto: professores, colegas, alunos...);
- Que relação enunciativa o autor vai criando? (como ele se relaciona com seus interlocutores?);
- De que ele fala? (tópico);
- Qual o seu tema? (o modo como aborda seu tópico, vital para a compreensão);
- Qual a posição valorativa assumida? (de que perspectiva o autor desenvolve seu texto?);
- De que maneira o texto se estrutura? (na forma de perguntas e respostas? expositivamente?)

Assim, cabe perguntar: por que em muitos casos se pensa a escolarização de saberes do mundo como uma operação de congelamento de seu dinamismo e transformação desses saberes em modelos estáticos, ou seja, reduzir o gênero a um tipo ou modelo de texto? Por que a escola só se sente bem se "normalizar" as coisas? De que se defende ela? Por que a escola parece temer o que não se deixa reduzir por ser parte da vivência dos sujeitos e, portanto, mutante? O que é a escola hoje? O que afinal queremos dela?

Porque, repetindo Clot, gênero não se transmite; gênero se ensina.

**Jean Gonçalves:** A pergunta parece bastante clara ao se referir à modelização como uma prática instituída no campo da Linguística Aplicada, especialmente quando se fala em Análise(s) de Discurso(s). Ao respondê-la, Sobral não só coloca em cheque o que se entende por modelização, como deixa transparecer uma visão muito certa de que não é possível se pensar em modelização quando um trabalho se pauta pelo enfoque bakhtiniano. Embora escapar da modelização não seja tarefa fácil para um linguista, é importante que ao aplicar seu conhecimento/sua teoria ele possa mediar e criar outras formas de ver/analisar seu objeto, mesmo que as fórmulas estejam disponíveis e tenham acesso irrestrito. Vale, aqui, a retomada da noção de autoria discutida anteriormente, que implica não um ineditismo de práticas e a busca por inovações metodológicas minuto a minuto, e sim em um (re)significar o método/a teoria/a abordagem (ou outro termo que o leitor prefira a partir de seus referentes). Ao abordar, nesta resposta, a relação com os gêneros do discurso, Sobral sugere algumas questões a serem consideradas para a efetivação de um trabalho eficaz com gêneros, tão raro, ainda, em contextos educacionais de ensino de leitura e escrita. É importante considerar, aqui, que a noção de gêneros do discurso não está apenas no texto homônimo e sim em toda a obra de Bakhtin e o Círculo, como muito bem pontuam Beth Brait e Maria Helena Cruz Pistori em seu artigo “A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo”:

Embora o ensaio mais conhecido, citado e tomado como único seja “Os gêneros do discurso”, esboçado por Bakhtin nos anos 1950 e incluído na coletânea póstuma Estética da criação verbal (Bakhtin, 2003a, p.261-306), esse não é o único a tratar da questão. Outros trabalhos de Bakhtin, escritos e/ou publicados nos anos 1920, 30 e 40, tratam da questão dos gêneros do discurso. Esse é o caso de: “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”, escrito entre 1923/1924 e inserido na coletânea Questões

de literatura e de estética - A teoria do romance, publicada em 1975 (Bakhtin, 1988a, p.45-70), trabalho que discute, dentre outras coisas, um aspecto essencial à concepção do gênero: a diferença entre forma composicional e forma arquitetônica; Problemas da poética de Dostoiévski, inteiramente dedicado ao gênero romance polifônico, cuja primeira edição, intitulada Problemas da obra de Dostoiévski, é de 1929, e a segunda, modificada e aumentada, Problemas da poética de Dostoiévski, é de 1963; “O discurso no romance”, produzido entre 1934-1935, também inserido em Questões de literatura e de estética - A teoria do romance (Bakhtin, 1988b, p.71-210), que recoloca a questão do gênero do discurso, apresentando e discutindo importantes aspectos acerca da ligação existente entre língua, gêneros e estilo. (BRAIT; PISTORI, 2012, p. 372).

**9- Temos, na história dos estudos linguísticos, uma herança cartesiana e dicotômica no trabalho com a linguagem, oriunda principalmente dos postulados saussurianos. Podemos notar o quão forte essa herança é ao encarmos ainda hoje a perspectiva dialógica como algo a ser exercitado constantemente, sob o risco de cairmos no cartesianismo linguístico em nossas pesquisas, especialmente as de Linguística Aplicada. O senhor considera que há, além da origem estruturalista da linguística, outros fatores da contemporaneidade que contribuem para que a tarefa dialógica do linguista ainda seja tão desafiadora?**

**Adail Sobral:** Acho que o grande problema reside numa concepção de língua que só a considera como sistema fechado, que é muito forte; pais de alunos vão exigir que se ensine gramática. De certo modo, há uma grande parcela de pessoas que não percebeu que linguagem é uso, que a língua de modo algum é um inventário decorável de regras, uma vez que ela nos chega sempre na forma de enunciados, que, claro, envolvem frases. Simplificando, as frases são unidades da língua; não têm um autor e por isso podem assumir variados sentidos. Os enunciados são unidades da linguagem; têm um autor, interlocutores, contextos etc. Podemos mesmo dizer que as frases são componente formal do sistema da linguagem.

Na prática da língua, há um componente que os estudos linguísticos tradicionais, da língua como sistema, não podem examinar: os usos, com toda sua carga cultural. Ocorre, contudo, que as unidades da língua (fonemas, palavras, frases) são palpáveis, estão aí. Basta um passo em falso e já confundimos saber a língua, que é algo ativo, com saber sobre a língua, que é passivo até ser posto a serviço de saber a língua. O estudioso que empreende uma tarefa dialógica precisa unir esses dois pontos: o saber a língua com o saber sobre a língua, a fim de dar acesso à linguagem. Saber sobre a língua

é tarefa técnica, que no final não colabora diretamente para saber a língua, a não ser que os estudiosos ponham esse saber a serviço deste último.

Uma sociedade líquida traz ainda mais temores de perder a materialidade da língua. Daí vem a ênfase nas dicotomias. O medo da singularidade produz propostas e atitudes que só veem o geral. Como eu disse alhures (SOBRAL, 2005), generalizar sobre singularidades, e a língua em uso gera singularidades, parece, para uma mentalidade cartesiana, uma impossibilidade. As pessoas, então, se apegam ao que lhes parece palpável, o texto como materialidade, digamos, e perdem de vista que, sem o texto, não se pode examinar o discurso, mas que, só com o texto, também não. Porque o texto, para uma mentalidade não cartesiana, é um feixe de sentidos, uma possibilidade, não “um todo em si e um princípio de classificação”.

Vou citar um longo trecho meu que a meu ver explica o resultado desse medo da singularidade (SOBRAL, 2016, p. 115-116). Há

uma ênfase na “normalização” de conceitos que buscam precisamente abarcar o irrepetível, ainda que estável o bastante para ser identificado, no âmbito do repetível, ou melhor, mostrar que o linguístico não é estritamente linguístico (...) Essa ênfase advém da junção de duas concepções errôneas disseminadas, a primeira (...) é a idéia do ensino como transmissão de conteúdos fixados, idéia positivista que reduz os seres humanos a máquinas de transmissão e registro de dados e desdenha o processo de objetivação e apropriação do mundo natural como mundo humano, mundo social e histórica (...) a segunda [é] a idéia da ciência como instância criadora de generalizações a todo custo, idéia teoricista que não vê o concreto, o aqui e agora, a singularidade, perdendo-se na criação de objetos que, de tão gerais, chegam a ser inidentificáveis. Nos dois casos, o resultado é o enrijecimento de conceitos e as sobreposições conceituais.

A língua como sistema é, claro, “um todo em si e um princípio de classificação”, mas, como ela está a serviço do uso, nas situações concretas, a redução da prática da língua à mobilização do sistema como tal, sem considerar a enunciação, tranquiliza as pessoas que temem o irrepetível, mas não as ajuda a entender o que é linguagem, um sistema complexo (SOBRAL, 2006) composto por dois outros sistemas em interação dialógica, um sistema de regras e um sistema de usos, aquele formal e este “relativamente estável”.

**Jean Gonçalves:** A tarefa dialógica do linguista, expressão que encerra a pergunta, parece provocar uma certa necessidade de se repensar o que é o linguista nos tempo

atuais: para que serve? Quais suas atribuições? A quem ele fala? Qual seu campo real de interesses? As explicações dicionarizadas reduzem o linguista a um especialista em ensino de línguas, e a Linguística Aplicada a uma ciência social que estuda a linguagem em uma perspectiva interdisciplinar. Mas é preciso *desdicionarizar* os termos e reorganizar o papel do linguista em uma sociedade que já não o quer somente para uma função. A partir das ponderações de Sobral, pode-se retomar a noção de recepção/compreensão ativa em Bakhtin, que implica o diálogo em sua mais simples dimensão: o face a face – comunicar para e com alguém. Compreender os mecanismos de funcionamento da enunciação é um exercício de confronto, tanto com o que se diz quanto com o que se ouve/lê. Para que o linguista pense a palavra em sua acepção bakhtiniana é preciso ir ao seu conteúdo ideológico, suas condições de enunciação que implicam produção, recepção e circulação, ou seja, o linguista, assim como o tradutor, também necessita fazer escolhas o tempo todo em seu trabalho, pois sua análise sempre será única e irrepetível, mas precisa conter um grau de excelência que a diferencie de abordagens rasas e deficitárias teórico-metodologicamente. Adentrar o universo particular dos signos apresenta-se, desse modo, como incumbência de todo linguista que queira se desafiar enquanto profissional que tem à sua frente um arsenal de materialidades à espera de apreciação e análise. É, então, a partir de uma boa dose de compreensão ideológica, aliada a um processo de criação incessante e efervescente, que o linguista aplicado encontra sentidos para seu próprio fazer e para que sua empreitada possa ser considerada, mais do que uma imersão em práticas de modalização, uma tarefa essencialmente dialógica.

**10- As pesquisas em Linguística Aplicada afirmam-se em um constante *devir*, isto é, como contribuições que não encontram finidade nelas mesmas, mas que se propõem a motivar o surgimento de novas problematizações. De que formas o senhor acha que essa característica da Linguística Aplicada pode ser potencializada nos dias de hoje? Que sugestões, bibliográficas ou experienciais, o senhor daria para os pesquisadores e interessados nos estudos linguísticos que estão iniciando sua caminhada neste campo?**

**Adail Sobral:** Antes de tudo, desconfiar de toda solução pronta, de todo método enrijecedor, de tudo o que só veja o aspecto reproduzível dos fenômenos. De outro, desconfiar de toda proposta demasiado aberta, de todo método demasiado flexível, de tudo o que só veja o aspecto singular dos fenômenos. Porque nenhum fenômeno é apenas geral, membro de uma classe, nem apenas singular, único no mundo. Falo disso nos artigos de *Bakhtin: conceitos-chave* (SOBRAL, 2005a, b, c).

Em consequência, cabe-nos examinar com atenção toda proposta que tente unir esses dois aspectos dos fenômenos, o formal e o discursivo, ou o quantitativo ao qualitativo. Porque toda proposta unilateral está fadada ao fracasso, sejam análises demasiado formais ou demasiado intuitivas. Claro que é legítimo ser só formal ou só discursivo, mas teremos de ter a humildade de reconhecer que, nesse caso, nossa pesquisa é parcial, ou seja, se aplica a apenas uma parcela do fenômeno ao determinar seu objeto. Porque uma análise formal a que falte, digamos, uma caracterização dos sujeitos (e, portanto, de suas circunstâncias) assim como uma análise discursiva que perca de vista a materialidade textual estão fadadas ao fracasso como contribuição caso declarem que estão estudando a *linguagem*.

A unidade entre o mundo da vida (a realidade linguística, em nosso caso) e o mundo da cultura (as teorias sobre a linguagem, em nosso caso), tópico de um dos primeiros escritos de Bakhtin, o da filosofia do ato, nos alerta para a necessidade de considerarmos os diferentes aspectos dos fenômenos, sob pena de nos perdermos quer na verdade geral que não vê os seres humanos (como se uma teoria abarcasse o mundo) ou na verdade particular que vê apenas algum ser humano (como se um caso particular representasse todos).

Idealmente, o formal e o discursivo devem estar entrelaçados, de alguma maneira. Ou ao menos reconhecer quando são apenas uma proposição parcial. Por incrível que pareça, vivemos uma época em que tudo o que é quantitativo é considerado superior, e isso mesmo no âmbito das ciências humanas. Por vezes isso até se deve ao fato de algumas propostas qualitativas fracassarem quanto à sua coerência, mas o quantitativo por si não é superior. Não que o qualitativo o seja. É inegável que a própria escolha de variáveis quantitativas exhibe um aspecto qualitativo, do mesmo modo como uma análise qualitativa tem de ser coerente, partir de casos concretos. Nada há em uma perspectiva bakhtiniana, por exemplo, que recuse o aspecto formal ou quantitativo das

coisas. Para afirmar que um dado sujeito criou num dado texto um dado sentido preciso conhecer vários textos, sujeitos e sentidos. Preciso conhecer os recursos da língua, e até a frequência de uso. Tenho de reconhecer que cada análise é uma análise, e não *a* análise. Cabe assim, no caso de análises qualitativas, integrar a materialidade dos textos à dimensão enunciativo-discursiva, indo além do conteúdo e da forma em si e considerar a arquitetônica dos discursos, que une o texto à situação enunciativa. E, no caso de análises quantitativas, integrar a realidade material estudada ao perfil dos sujeitos estudados, mostrando de que maneira se depreende dessa realidade e desse perfil a representatividade dos sujeitos para o universo considerado.

**Jean Gonçalves:** Ao abordar o paradoxo entre o quantitativo e o qualitativo na pesquisa em ciências humanas, Sobral apresenta uma saída para uma não gratuita dicotomização, ressaltando a importância de ambas as possibilidades de investigação para o campo da linguística. Cabe aos pesquisadores, no entanto, identificar e reconhecer as especificidades de seus estudos, bem como os direcionamentos necessários para um trabalho com o qualitativo e/ou com o quantitativo que não se conforme com uma análise simplificada, mas que busque meios de aprofundamento teórico/conceitual que resulte em significativas contribuições no que se refere ao saber e ao conhecimento dos objetos e materialidades dos campos interessados. Sobral toca, ainda, em uma ferida aberta quando diz: “Tenho de reconhecer que cada análise é uma análise, e não *a* análise”. Esta afirmação, dita por muitas vozes, é ao mesmo tempo um bálsamo para alguns e um fel para outros. Reconhecer cada análise como um exercício único é assumir a limitação do linguista com o mais natural dos fatos: um ser humano não pode ver tudo, não pode falar sobre tudo, não pode enxergar coisas que só o outro pode ver de seu lugar, também limitado. Para um linguista que necessite colocar seu ego acima de qualquer suspeita, é difícil conceder voz ao outro, deixar que este também emita opiniões sobre o mesmo objeto (concordando ou discordando); é difícil também fazer o exercício de escuta do outro. Mas quando a afirmação supracitada é vista com os olhos da seriedade e do compartilhar de experiências, pode-se vislumbrar a beleza da Linguística Aplicada, quando esta se propõe a investigar um vasto campo de possibilidades nas quais a linguagem labora. Por meio de uma diversidade de abordagens e modos de olhar é que a construção do conhecimento nos estudos da

linguagem se torna indispensável às sociedades contemporâneas, e firma seu lugar enquanto ciência da humanidade.

### Referências das obras mencionadas na entrevista:

BAKHTIN, M. Arte e Responsabilidade [1919]. In: *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 33-44.

\_\_\_\_\_. (1924). Pour une philosophie de l'acte: L'age d'homme, 2003.

BRAIT, B. A emergência, nas fronteiras entre língua e literatura, de uma perspectiva dialógica de linguagem. In: *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, 12 (2): 5-23, 2017.

\_\_\_\_\_; PISTORI, M. H. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. In: *Alfa*, São Paulo, 56 (2): 371-401, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2000.

GONÇALVES, J. C. O pensamento bakhtiniano: diálogos com a pesquisa em educação. In: AGUIAR, N.; RAUSCH, R. *Pesquisa em educação: pressupostos epistemológicos e perspectivas de investigação*. Blumenau: EdUFURB, 2011. pp. 167-182.

\_\_\_\_\_. Das relações [amorosas e sedutoras] entre Educação, Linguagem e Teatro: reflexões bakhtinianas. In: HAGEMMEYER, R.; SÁ, R.; GABARDO, C. *Diálogos epistemológicos e culturais*. Curitiba: W&A Editores, 2016. pp. 217-232.

GRILLO, S. C. A obra em contexto: tradução, história e autoria. In: MEDVIÉDEV, P.N. *O método formal nos estudos literários: Introdução crítica a uma poética sociológica*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 19-38.

MOTTA-ROTH, D. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. *Linguagem em (Dis)curso* (Impresso), v. 06, p. 495-517, 2006.

SOBRAL, A. Uma reflexão bakhtiniana sobre interlocução e linguagem. In: REZENDE, P. (Org.). *Interfaces com a linguística: dialogando saberes*. 1ed.: Pedro & João Editores, v. 1, p. 13-42, 2016.

\_\_\_\_\_; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso - ADD. *Domínios de Lingu@Gem*, v. 10, p. 1076-1094, 2016b.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.